



Belo Monte precisa acelerar obras sociais, dizem senadores

Divulgação/Cob. Sen. Ivo Cassol



Flexa Ribeiro e Delcídio do Amaral integram o grupo de senadores que ouviu lideranças e autoridades em Altamira (PA), onde as obras foram visitadas

Visita revela descompasso entre o ritmo de construção da usina e as benfeitorias para a população local

Comitiva que durante dois dias visitou as obras da Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, critica a lentidão das obras no entorno, como reforma de escolas e de hospital e saneamento. Consórcio garante que cronograma está sendo cumprido e que a maioria das ações para estruturar serviços públicos estará concluída até meados de 2014, quando deve ser pedida a licença de operação. **3**

Senado homenageia vítimas do Holocausto

O Plenário realizará hoje uma sessão especial de homenagem às vítimas do nazismo. Também serão lembrados os 70 anos da insurreição no Gueto de Varsóvia,

que terminou com um saldo de 13 mil judeus mortos. No sábado, foi aberta no Salão Negro do Congresso uma exposição sobre as crianças mortas pelos nazistas. **2**

Arquivo Federal Alemão (Bundesarchiv)



Foto de 1944 mostra grupo de judeus húngaros na chegada ao campo de extermínio de Auschwitz, na Polônia



Jane de Araújo/Agência Senado

Dilma Rousseff sancionou na quinta-feira o Orçamento para este ano, aprovado pelo Congresso no mês passado

Orçamento 2013 permite mais remanejamentos

O Orçamento da União foi sancionado quinta-feira pela presidente Dilma. O novo presidente da

Comissão de Orçamento e o relator da proposta orçamentária para 2014 devem ser escolhidos amanhã. **4**

Integração entre agropecuária e florestas ganha política nacional **4**

Comissões do Senado aprovaram 95 matérias em março **2**

Senado: transparência, economia e mais eficiência

Suspensão da distribuição dos kits de informática às Câmaras Municipais

Economia de R\$ 7 milhões

em 2013-2014

Plenário fará hoje sessão especial para lembrar extermínio de judeus durante o regime nazista; exposição no Salão Negro do Congresso presta homenagem a crianças judias assassinadas

Mostra e sessão especial lembram Holocausto

AS VÍTIMAS DO Holocausto e os 70 anos da insurreição dos judeus no gueto de Varsóvia são objeto de homenagens no Senado ao longo deste mês. Às 11h de hoje, no Plenário, será realizada uma sessão especial, sugerida pelo primeiro-secretário da Casa, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), e outros senadores.

Holocausto é a denominação dada ao extermínio de 6 milhões de judeus, vítimas da perseguição do regime nazista. O levante do Gueto de Varsóvia foi um ato de resistência, em abril e maio de 1943, que resultou na morte de 13 mil judeus.

— A memória desse terrível capítulo da história mundial serve como poderoso alerta dos perigos que a discriminação, o preconceito, a intolerância, o ódio e o racismo representam para a civilização — afirma Flexa.

No sábado, foi aberta no Salão Negro do Congresso



Soldados nazistas prendem judeus no Gueto de Varsóvia, em maio de 1943

Nacional, a exposição *Tão Somente Crianças: infâncias roubadas no Holocausto*. Inspirada no Memorial das Crianças do Yad Vashem, em Jerusalém, Israel, a mostra tem uma caixa escura onde são ouvidas as vozes de 11 adolescentes curitibanos, alguns descendentes de sobreviventes, citando crianças judias assassinadas, as idades e os locais de origem delas.

A mostra, com curadoria de Miguel Krigsner, reúne peças do Museu do Holocausto, em Curitiba, e pode ser visitada até o dia 28.

Também serão promovidas ações educativas para atender estudantes, nos dias 12, 19 e 26, e três palestras com sobreviventes do Holocausto, no Auditório Antonio Carlos Magalhães, no Senado.

Costa sugere a criação do *amicus legislatoris*

João Costa (PPL-TO) defendeu a atuação de órgãos, entidades e parlamentares na condição de *amicus legislatoris* (amigo do legislador). O senador lembrou que, no âmbito do Poder Judiciário, existe o *amicus curiae* (amigo da corte), que consiste na intervenção assistencial de terceiros ao juiz em processos de controle de constitucionalidade.

— Esse vazio normativo impede a ampliação do debate sobre temas constitucionais importantíssimos ao progresso, ao fortalecimento democrático e à consolidação dos direitos da cidadania.

João Costa disse que já apresentou no Senado projeto de resolução (PRS 23/2013) para criar a figura do *amicus legislatoris*, que teria a função de ajudar o legislador a exercer o mandato de forma cada vez melhor e efetiva.

Março teve 95 votações nas comissões

As comissões e subcomissões do Senado realizaram em março 37 reuniões e 18 audiências públicas. Foram votadas 95 proposições e 96 requerimentos. Entre os projetos aprovados, destaca-se a chamada PEC das Domésticas. O balanço completo está disponível na resenha mensal elaborada pela Secretaria-Geral da Mesa (<http://bit.ly/resenhaSenado>).

A proposta de emenda à Constituição (PEC 66/12), que estende aos empregados domésticos os direitos já garantidos aos demais trabalhadores, foi aprovada em Plenário e promulgada como Emenda Constitucional 72/2013, em vigor desde terça-feira.

Ferraço defende acordo da ONU sobre armas

Ricardo Ferraço (PMDB-ES), presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), defendeu a ratificação rápida do acordo aprovado semana passada pela Organização das Nações Unidas (ONU) que regulamenta o comércio internacional de armas.

— O Brasil precisa ser um dos primeiros países a ratificar esse tratado. Faço aqui a minha manifestação ao Poder Executivo, à presidente Dilma Rousseff, para que possa rapidamente enviar ao Congresso.

O texto foi aprovado com 154 votos favoráveis, inclusive Brasil e Estados Unidos, maior fornecedor de armas do mundo. Rússia e China, grandes exportadores, estão entre os 23 que se abstiveram. Para ganhar força de lei internacional, o tratado precisa ser ratificado em 50 países.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

PLENÁRIO Holocausto

11h Sessão especial em memória dos mortos no Holocausto e para marcar os 70 anos da insurreição dos judeus no Gueto de Varsóvia. Às 14h, sessão não deliberativa.

PRESIDÊNCIA Dia do Braille

11h Renan preside sessão sobre o Holocausto; às 16h, anuncia medidas de acessibilidade, em homenagem ao Dia Nacional do Sistema Braille; às 17h, recebe o presidente nacional da OAB, Marcus Coêlho.

CÓDIGO DO CONSUMIDOR Debate

10h A secretária nacional do Consumidor, Juliana Pereira da Silva, participa de debate na comissão que propõe alterações no Código de Defesa do Consumidor.

CRE Comércio internacional

18h Audiência sobre comércio internacional. Foram convidados os embaixadores Rubens Barbosa e Samuel Pinheiro Guimarães.

CAE Substituição tributária

18h30 Debate sobre substituição tributária e pequenas empresas com o secretário da Receita Federal do Brasil, Carlos Alberto Freitas Barreto, e outros convidados.

TERÇA

CMA Abatedouros

8h30 Debate sobre as condições dos abatedouros bovinos. Às 11h30, votação do projeto que cria o Selo Verde Preservação da Amazônia. Depois, eleição de presidente, vice e relator da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

CCT Telecomunicações

9h Audiência com o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, e o presidente da Anatel, João Batista de Rezende, sobre avanços e metas para telecomunicações.

CAS Negociação de servidores

9h Debate sobre a Convenção 151 da OIT, que estabelece o princípio da negociação coletiva entre trabalhadores públicos e os governos das três esferas.

AVIAÇÃO CIVIL Moreira Franco

9h Audiência pública com o ministro-chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, Moreira Franco.

CE Prioridades do esporte

10h O ministro do Esporte, Aldo Rebelo, fala à comissão sobre as diretrizes e prioridades da pasta.

CAE Isenção a atingidos por desastres

10h Votação de projeto que autoriza a União a conceder, para pessoas físicas e jurídicas atingidas por desastres, isenção fiscal, anistia, remissão e suspensão temporária do prazo para pagamento de tributos.

REGIMENTO COMUM Reforma

14h30 A secretária-geral da Mesa do Senado, Claudia Lyra, participa de audiência na comissão mista que elabora a reforma do Regimento Comum do Congresso.

QUARTA

CI Ciclo de debates

7h30 Debate do tema "Energia e desenvolvimento do Brasil", como parte do ciclo de debates *Investimento e Gestão: desatando o nó logístico do país*, que a Comissão de Serviços de Infraestrutura está promovendo.

CAS Avaliação de hospitais

9h Analisa alteração na Lei Orgânica da Saúde que obriga avaliação e certificação da qualidade de hospitais. Às 15h, os senadores se reúnem com o Movimento Nacional em Defesa da Saúde Pública.

CDR Inspeção em edificações

9h Audiência pública sobre projeto que determina a realização periódica de inspeções em edificações. Na pauta, emendas a projeto que trata do regime tributário, cambial e administrativo das ZPEs.

CCJ Tratados internacionais

10h Projeto que torna privativa do Senado a competência para decidir sobre tratados, acordos ou atos internacionais. Análise da indicação de Alexandre Saliba para o Conselho Nacional do Ministério Público.

CE Seguro para atletas

10h Audiência pública sobre projeto que altera a Lei Pelé para exigir a contratação de seguro para participação de atletas e treinadores de futebol em competições.

CMO Eleição da mesa

14h30 Reunião de eleição do presidente e do relator da Comissão Mista de Orçamento, no Plenário 2 da Câmara.

QUINTA

CONSTITUIÇÃO Domésticas

10h A comissão mista destinada a consolidar a legislação e regulamentar dispositivos da Constituição apresenta proposta de regulamentação da Emenda Constitucional 72/2013, dos direitos das domésticas.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 14h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portela
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário: Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretora de Jornalismo: Virgínia Galvez

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Marco Antônio Reis (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção
Edição: Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Flávio Faria (61) 3303-3333
Editor-chefe: Silvío Burle
Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão
Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep)

Senadores criticam descompasso em Belo Monte

Comitiva aponta contradição entre o ritmo acelerado da construção da usina e o das obras de caráter socioambiental, destinadas a atender a população com serviços públicos

NA AVALIAÇÃO DOS senadores que integram a Subcomissão de Acompanhamento das Obras de Belo Monte, persiste o descompasso entre o andamento das construções da usina e o das chamadas obras condicionantes, de caráter socioambiental, fundamentais para o erguimento da hidrelétrica. Eles retornaram a Brasília sexta-feira, após dois dias de visitas aos canteiros de obras e a diversas áreas de Altamira, no Pará, onde ouviram lideranças e autoridades.

Os integrantes da comissão já tinham visitado os mesmos locais há cerca de um ano. Para Flexa Ribeiro (PSDB-PA), vice-presidente da subcomissão e autor do requerimento da visita a Belo Monte, o ritmo acelerado da obra da usina conflita com a lentidão das obras no entorno, como as de saneamento, reforma e construção de hospital e outras ações para atender a população com serviços públicos.

— Estão ocorrendo alguns problemas burocráticos, que podem ser resolvidos com facilidade, desde que exista mais empenho. Vimos que existe a intenção e o investimento, mas as obras de compensação deveriam ser concluídas antes de a usina começar a operar. E é isso que estamos fiscalizando e cobrando — disse Flexa.

O diretor-presidente da Norte Energia, Duílio Diniz,

afirmou que as condicionantes e as obras da usina estão ocorrendo dentro do previsto e que a maioria das obras do entorno deverá ficar pronta até meados de 2014, quando deve ser pedida a licença de operação de Belo Monte.

— Todas as 22 condicionantes foram iniciadas, e algumas, concluídas. Temos como meta e desafio concluir todas essas etapas, não só por obrigação, mas porque também é do nosso interesse. E ter diálogo permanente com as prefeituras, governo do estado e Senado é fundamental para que isso ocorra — declarou.

Questão social

Também integraram a comitiva o presidente da subcomissão, Delcídio do Amaral (PT-MS), o relator, Ivo Cassol (PP-RO), Blairo Maggi (PR-MT) e Valdir Raupp (PMDB-RO).

— A obra segue seu cronograma físico e financeiro, mas as preocupações com a questão social permanecem. O que nos preocupa são os trabalhadores após a construção da usina. Por isso, é importante dinamizar a economia e promover alternativas de renda — afirmou Blairo.

Delcídio disse ser preciso acompanhar o andamento das obras socioambientais, lembrando que a usina só entrará em operação se todas as condicionantes forem construídas.



Durante a visita à construção, senadores constataam o andamento dos trabalhos e cobram agilidade nas obras do entorno

Marco Antônio Santini/Ob. Ivo Cassol

Raupp quer aproveitamento da madeira

Segundo Raupp, a subcomissão vai marcar uma audiência com a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, para pedir maior agilidade do Ibama em algumas questões. Uma delas é o aproveitamento da madeira produzida com a barragem e as obras.

— É um desperdício de madeira, que está apodrecendo. Não existe nenhum projeto para que isso gere emprego. Essa madeira poderia atrair indústrias madeireiras e moveleiras, gerando emprego — avaliou o senador.

Também participou das visitas feitas pela subcomissão

o coordenador estadual do Comitê Gestor do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu e secretário de Energia do Pará, Nícias Ribeiro, representando o governador Simão Jatene.

Segundo os representantes da Norte Energia, já foram investidos R\$ 700 milhões em obras no entorno. Diretores da empresa apresentaram dados da atual fase das obras, incluindo reforma de escolas em Altamira e Vitória do Xingu, reforma de um hospital e construção de outro. O prefeito de Altamira, Domingos Juvenil, apontou a preocupação

da população com as obras de saneamento e com a saúde.

A subcomissão fará audiências em Brasília para debater questões técnicas.

— Temos demandas de 11 municípios e estamos dispostos a iniciar discussão técnica com senadores e consultores do Senado para trocar ideias e implementar projetos — disse a diretora de Relações Institucionais da Norte Energia, Clarice Coppetti.

Em agosto, a subcomissão deverá fazer visitas a Vitória do Xingu (PA), atendendo pedido do prefeito do município, Erivando Amaral.

Anibal pede agilidade na regularização de haitianos no Acre

Anibal Diniz (PT-AC) fez um apelo por maior agilidade do governo federal na regularização dos haitianos que chegam pela fronteira norte do país. Ele observou que, desde o terremoto no Haiti, em 2010, o Brasil tem recebido “grandes levas de haitianos”, sendo que mais de 4 mil já passaram pelo Acre.

— Hoje, no município de Brasileia, temos outros mil haitianos que entraram de maneira irregular e estão esperando por regularização.

O senador explicou que as pessoas ficam longos períodos em acampamentos, enquanto aguardam documentos para poder procurar trabalho em outras regiões.



Órgão estimula tensão, diz Figueiró

Figueiró condena Funai por atuação em conflito em Mato Grosso do Sul

Ruben Figueiró (PSDB-MS) voltou a criticar na sexta-feira a atuação da Funai em conflito por terras entre indígenas e produtores rurais em seu estado. Segundo o parlamentar, ao invés de ajudar a resolver o problema na região, o órgão contribui para estimular o clima de tensão entre os dois lados.

— Entristece-me profundamente ver uma autarquia federal, como a Funai, agir ideologicamente, prejudicando os índios e provocando insegurança jurídica no campo. O órgão está atuando para estimular os conflitos, insuflando os indígenas a não cumprir acordos já firmados pela Justiça — disse.

Seca está acabando com a pecuária na Paraíba, diz Cássio

Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) cobrou providências do governo em relação à seca enfrentada pelo Nordeste e disse que a economia do meio rural está sendo desestruturada.

— Na Paraíba, já perdemos mais de 60% do rebanho. Falta crédito, o governo ainda não compreendeu que o produtor nordestino precisa de crédito e está endividado perante o Banco do Nordeste em decorrência de outras estiagens — afirmou.

A população rural que possui até 400 cabeças de gado está sendo sacrificada de forma dolorosa, afirmou o senador, citando protesto de produtores que puseram carcaças de animais em frente a uma agência do Banco do Nordeste.



Cássio: secas comprometem o futuro



Pinheiro: produção precisa ser mantida

Pinheiro apela por ações emergenciais para ajudar sertanejos

Embora o governo federal venha investindo no enfrentamento dos efeitos da seca no Nordeste, a região precisa de mais recursos, ações emergenciais e investimentos em infraestrutura, afirmou Walter Pinheiro (PT-BA). Segundo o senador, a atual e “dolorosa situação do Nordeste” ficou ainda pior pela falta de estação chuvosa entre duas grandes estiagens, o que prejudicou de maneira grave a população, os animais e as áreas produtivas.

— O sertanejo espera a chegada de novas ações, medidas, assistências, novas tecnologias, acompanhamento público e alimentos, para que ele consiga permanecer em sua terra, produzindo — disse.

Benedito cobra plano definitivo de combate à estiagem no Nordeste

Benedito de Lira (PP-AL) cobrou uma ação “efetiva e duradoura” de combate à seca. Ele afirmou que a seca é um fenômeno da natureza, que se repete todos os anos, e com o qual é possível conviver — desde que haja um projeto de governo para o semiárido.

Para o senador, as bancadas nordestinas na Câmara e no Senado devem unir forças e, em diálogo com o governo federal, buscar um projeto que cuide definitivamente do problema. Senão, alertou, o governo vai desembolsar bilhões de reais neste ano e outros bilhões no próximo ano. Uma medida, sugeriu, é o revigoramento do Departamento Nacional de Obras contra as Secas (Dnocs).



Benedito: fortalecimento do Dnocs



Anibal: Acre recebeu 5 mil haitianos

R\$ 15,6 bilhões do PAC poderão ser movimentados sem autorização do Congresso. Texto foi sancionado quinta-feira, após três meses de impasse



Moreira Mariz/Agência Senado

Renan Calheiros (C) preside sessão do Congresso que aprovou o projeto de lei orçamentária, em março, após atraso gerado por polêmica sobre royalties



Waldemir Barral/Agência Senado

Orçamento 2013 dá mais liberdade para remanejamentos de recursos

APROVADO PELO CONGRESSO no mês passado, o Orçamento da União para 2013 foi sancionado quinta-feira pela presidente Dilma. O texto reforça uma tendência recente ao dar ao governo ainda mais liberdade para remanejar os recursos federais sem precisar da autorização do Congresso. Um exemplo é a possibilidade de remanejar 30% das dotações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) inscritas no orçamento fiscal e da seguridade. Isso permitirá ao Executivo movimentar cerca de R\$ 15,6 bilhões entre os projetos que compõem o PAC.

As receitas e despesas previstas são de R\$ 2,28 trilhões. Desse total, cerca de R\$ 610 bilhões se destinam ao refinanciamento da dívida

pública, enquanto R\$ 110,61 bilhões vão para investimentos das estatais. O Orçamento passa a vigorar como Lei 12.798/2013.

Para compensar a falta do Orçamento no início do ano, uma das providências do governo foi editar, no fim de dezembro, uma medida provisória que liberou R\$ 42,5 bilhões para o Executivo — fato que foi muito criticado pela oposição.

O atraso na votação da proposta orçamentária, inicialmente prevista para dezembro, aconteceu pelo impasse em torno da Lei dos Royalties do petróleo. No fim do ano, Dilma vetou os itens que alteravam a divisão dos royalties entre as unidades da Federação. Os vetos atendiam aos protestos

dos estados produtores de petróleo, principalmente o Rio de Janeiro, mas acabaram sendo derrubados, no início de março, pela maioria dos parlamentares. Somente após a derrubada dos vetos o Congresso aprovou o Orçamento.

Novos nomes

Na próxima reunião da Comissão Mista de Orçamento (CMO), prevista para amanhã, poderão ser escolhidos o novo presidente da comissão e o novo relator-geral da proposta orçamentária. Eles vão substituir, respectivamente, o deputado Paulo Pimenta (PT-RS) e o senador Romero Jucá (PMDB-RR), que conduziram o processo legislativo do Orçamento de 2013.

A escolha já foi adiada três vezes por falta de quórum. Até

a semana passada, entre os nomes cogitados para a presidência da CMO estavam os dos senadores Lobão Filho (PMDB-MA) e Acir Gurgacz (PDT-RO). Para o cargo de relator-geral, chegou a ser anunciado o nome do deputado Weliton Prado (PT-MG), mas agora o partido informa que a vaga deve ficar com o deputado Miguel Corrêa, também do PT mineiro.

Na última reunião da CMO, realizada na quarta-feira, o deputado Claudio Cajado (DEM-BA) afirmou que a demora na definição dos novos nomes é resultado da falta de um acordo político. Para que isso ocorra, argumenta, é necessário um entendimento que envolva tanto os líderes dos partidos como os presidentes da Câmara e do Senado.

Aprovada política que integra floresta e agronegócio

Foi aprovada na semana passada pela Câmara dos Deputados e enviado para a sanção presidencial o substitutivo ao projeto que institui a Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta.

Autor da proposta, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) explica que o texto “harmoniza o desenvolvimento econômico do meio rural com a preservação do meio ambiente”.

O projeto (PLC 78/2008) foi apresentado quando Rollemberg era deputado e teve modificação no Senado. Os deputados acataram a mudança feita pelos senadores, que transformaram os incentivos à integração de lavoura, pecuária e exploração de florestas em uma política nacional. O texto espera a sanção da presidente Dilma Rousseff.

A política apoia atividades agropecuárias em áreas já desmatadas por meio de sistemas que integrem cultivos agrícolas com criação de animais e exploração de espécies florestais como alternativa a monoculturas tradicionais. A iniciativa visa estimular a recuperação de pastagens degradadas e incentiva a pesquisa de atividades que promovam a integração e a educação ambiental.

Dilma continua com seu périplo eleitoral, critica Aloysio Nunes



José Cruz/Agência Senado

Ao comentar a agenda de Dilma Rousseff, que na manhã de sexta-feira inaugurou um estádio de futebol em Salvador, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) disse que a presidente “continua com seu périplo reeleitoral”. E que, “se mantiver esse ritmo, já que haverá outras inaugurações, ela logo vai incorporar em seu arsenal retórico as metáforas futebolísticas de Lula”.

— O que se vê é a continuidade de uma operação de marketing insistente e dispendiosa de uma presidente que coloca a reeleição acima de qualquer coisa — criticou Aloysio, durante pronunciamento em Plenário.

Ele também ressaltou que a nomeação de César Borges, do PR, para ministro dos Transportes teve a finalidade de aumentar o tempo de televisão que a presidente terá na campanha eleitoral.

Cristovam reprova celebração de expansão do Bolsa Família



Gerardo Magela/Agência Senado

Cristovam Buarque (PDT-DF) criticou em Plenário, na sexta-feira, o tom de comemoração nos anúncios oficiais de aumento de beneficiários do Programa Bolsa Família. A seu ver, o que mereceria ser celebrado é exatamente o contrário: a redução do número de pessoas que precisam de bolsas para sobreviver, graças a uma formação educacional que lhes permita evoluir com autonomia.

A avaliação foi feita durante discurso em que ele analisou o golpe militar de 1964, abordando as reformas de base que estavam sendo debatidas à época e que foram abortadas pelo novo regime. Na opinião do senador, muita coisa também deixou de ser feita desde então, sendo a mais importante uma reforma educacional que garanta aos filhos dos pobres uma escola pública com a mesma qualidade apresentada naquelas onde estão os filhos da elite nacional.

Para Paim, Brasil precisa avançar ainda mais na área da saúde

Paulo Paim (PT-RS) afirmou que o Brasil mostra alguns progressos na área da saúde, mas precisa “avançar muito mais”. Ele abordou o tema na sexta-feira, quando foi comemorado o Dia Mundial da Saúde.

Paim citou o aumento no percentual orçamentário destinado à saúde no país, que passou de 4,1% para 5,9% entre 2000 e 2010.

— Se no ano de 2000 o governo gastou em média US\$ 107 com a



Gerardo Magela/Agência Senado

saúde de cada brasileiro, em 2009 esse valor se aproxima de US\$ 320. Os nossos governantes estão olhando com carinho essa questão.

O senador citou o Programa Saúde Não Tem Preço, que disponibiliza gratuitamente, em farmácias credenciadas, medicamentos contra a hipertensão.

— Fizemos muito, mas temos que fazer muito mais para que possamos dizer que o Brasil tem um sistema de saúde que atende a todos.

Gaúchos se mobilizam para evitar perdas

Paulo Paim reforçou em Plenário, na quinta-feira, a mobilização da bancada gaúcha e do governador Tarso Genro para evitar que o Rio Grande do Sul seja penalizado com as novas regras de partilha do Fundo de Participação dos Estados (FPE).

Representantes do Rio Grande do Sul se reuniram com o relator

do projeto, Walter Pinheiro (PT-BA), na busca por um entendimento que garanta bons resultados para todos os entes da Federação.

Segundo Paim, as perdas com arrecadação para o estado chegarão a R\$ 600 milhões, se for aprovada a proposta original.

— O Rio Grande do Sul só não quer ficar no prejuízo — disse.